

# BOLETIM DO PORTAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA 2

ORGANIZADORES

ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO

GUNTHER MAFRA GUIMARÃES

MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS

YURI PEREIRA ANTUNES VIEIRA

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

LUIZ EDUARDO PRADO DA FONSECA



Organização:

André Elias Morelli Ribeiro

Gunther Mafra Guimarães

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Yuri Pereira Antunes Vieira

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

# Boletim do Portal História da Psicologia 2

Editora do Portal História da Psicologia

Rio das Ostras/RJ

2023

Editora do Portal História da Psicologia

A editora do Portal História da Psicologia é parte integrante do  
Portal História da Psicologia

COORDENAÇÃO

André Elias Morelli Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

André Elias Morelli Ribeiro

Arthur Arruda Leal Ferreira

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos

Yuri Pereira Antunes Vieira

Gunther Mafra Guimarães

© 2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

Equipe de realização

**Editor Responsável:** André Elias Morelli Ribeiro

**Revisão final:** Gunther Mafra Guimarães

**Capa:** André Elias Morelli Ribeiro, com imagens geradas pelo Microsoft Designer AI

**Projeto gráfico e diagramação:** André Elias Morelli Ribeiro

#### Ficha Catalográfica

B688

Boletim do Portal História da Psicologia 2 [recurso eletrônico] / Organização: André Elias Morelli Ribeiro... [et al.]. – Rio das Ostras, RJ : Editora do Portal História da Psicologia, 2023. 325p.

ISBN: 978-65-997325-2-2

DOI: 10.5281/zenodo.8392599

1. História da Psicologia. 2. História da Psiquiatria I. Ribeiro, André Elias Morelli.

CDD 150.9

Ficha catalográfica elaborada por Janaine de Sá - CRB-7/7270

# Sumário

Apresentação VI

## Verbetes

A História da Psicologia no Brasil e suas Relações com o Contexto Sociocultural 16  
Manuel Bomfim 80  
Antonio Gomes Penna 93  
Lacan 136

## Artigo original

Vida, Obras e Ideias de Wilhelm Maximilian Wundt 163

## Traduções

O Que é uma História Policêntrica da Psicologia? 191  
Rumo a uma História Policêntrica da Psicologia 214  
Presentismo e Diversidade na História da Psicologia 230

## Tradução de Clássico

Definição de idiotia e imbecilidade 258  
Comentários ao texto “Definição de idiotia e imbecilidade”, de Binet e Simon 280

## Relatos

XV Encontro Clio-Psyché e VI Congresso Brasileiro de História da Psicologia: memórias, reencontros e afetos... 294

Entre a solidão e os encontros nas pesquisas em História dos  
Saberes Psi 297

Lista de Autores 317

Contribuições para o Boletim do Portal História da Psicologia 322

# Entre a solidão e os encontros nas pesquisas em História dos Saberes Psi

*Daniele Corrêa Ribeiro*

*Wilma Fernandes Mascarenhas*

É comum que historiadores falem do trabalho solitário da pesquisa histórica e relatem os momentos de descoberta, reflexão e tédio das visitas aos arquivos, das tardes e noites em bibliotecas e de leituras em seu próprio quarto. De fato, a rotina da pesquisa acadêmica no campo da História, como em grande parte das Ciências Humanas e Sociais, tende a ser mais individual que coletivo. E para a grande maioria dos psicólogos as pesquisas históricas sobre nossos saberes não são um foco reconhecido como primordial para nosso fazer. Muitas vezes teorias e técnicas são assimiladas pelos profissionais sem que haja, da parte destes, uma preocupação prévia em investigar a fundo a história, as origens e as funções sociais vinculadas a estas práticas. Quais poderes do campo social se atualizam em nossos saberes? No entanto, neste relato, buscaremos falar dos encontros de pessoas e áreas do conhecimento que têm atuado para consolidar os campos de pesquisa em História das Ciências e, mais especificamente, da História dos Saberes Psi, e para afirmar a História como ferramenta primordial para a prática no presente. Falaremos destes encontros a partir de dois relatos de experiência.

Eu, Daniele Ribeiro, entrei na graduação de História sem conhecer muito sobre a atuação do Bacharelado, e certa apenas, desde a antiga 5º série, que seria professora de História. Aula vai,

aula vem, trabalhos, bares, pesquisas e reflexões, e fui descobrindo os laboratórios da UFRJ e me aproximando da realidade dos grupos de pesquisa. Em um primeiro momento, a certeza era apenas da predileção pela história das opressões, vista pelas lentes dos oprimidos. O primeiro laboratório que integrei era de História da América Latina, onde desenvolvi uma breve pesquisa sobre artistas mulheres vítimas da Ditadura Militar no Brasil.

Paralelamente, a necessidade de me manter na Universidade, sem me afastar da pesquisa, me fez acionar o radar para bolsas e estágios. Fui então informada sobre uma seleção da Casa de Oswaldo Cruz para auxiliar de pesquisa em um projeto sobre a antiga Colônia Juliano Moreira. Descobri então, que aquela havia sido uma das maiores instituições manicomiais da cidade e que, em processo de transformação, seu terreno havia sido fragmentado e parte dele passado à gestão da Fundação Oswaldo Cruz.

O projeto de pesquisa para o qual me inscrevi e fui selecionada, tinha como objetivo registrar a memória de um dos pavilhões daquele antigo manicômio, o Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios. Antes destinado a pacientes tísicos, naquele momento, durante a década de 2000, o pavilhão estava sendo desocupado, após um processo de ocupação por antigos funcionários e seus familiares como espaço de moradia. O que mais me motivou, num primeiro momento, foi este uso mais recente e as questões sociais relacionadas ao direito à moradia que envolviam as negociações para desapropriar o espaço. Essas discussões ficaram a cargo dos pesquisadores de Antropologia, mas já significaram um importante encontro de saberes em torno da questão da loucura, absolutamente nova para mim.

Minha tarefa, como auxiliar de pesquisa em História, era catalogar e descrever os registros de internação dos pacientes que haviam passado pelo Pavilhão durante a década de 1940. Apesar de desinteressante e muito menos engajado a minha primeira vista, topei. Mas, o que poderia um documento médico me dizer sobre a História? O que isso teria a ver com o que eu estudava na Graduação. Isso nunca havia sido apresentado como uma possibilidade. Mas, fui. Solidão no trajeto até a Taquara e no segundo ônibus até a Colônia.

Mas, ao chegar naquele mundo perdido, cujo portal de acesso nos recebia com *Praxis Omnia Vincit* (O trabalho vence tudo), expressão relacionada ao lema da praxiterapia que sustentava a organização das colônias agrícolas para alienados do início do século XX, foram muitos outros encontros. O estranhamento com o portal e a sensação de que algo se perdia sempre que se passava por ali, ia encontrando eco nos tais documentos médicos, que apesar de serem médicos, no sentido da autoria da produção, eram um outro universo. O universo das vidas, ali em centenas, dezenas e milhares, que se perderam ao ultrapassar o portal.

Algumas dessas vidas, ainda estavam ali, sobrevivendo. Dentre elas, Carlos era o interno do Arquivo, que diariamente me visitava com presentes e frutas. Foi com Carlos que aprendi aos poucos a não temer. Aos poucos porque desde as primeiras reuniões estava claro que entraríamos ali para lidar com um outro mundo, quase paralelo ao da cidade. Talvez uma outra cidade, que permanecia ali em ruínas. Além do Carlos, me encontrei com muitas outras vidas, em relatos e silêncios nos prontuários médicos. E ali também descobri que havia História, havia opressão e havia

inclusive a possibilidade de acessar os subalternizados da História: mulheres internadas pelos maridos, trabalhadores negros e pobres, loucos. O vínculo durou 9 meses, mas trouxe a certeza de que aqueles acervos tinham tudo a ver com a História Social a que eu vinha sendo apresentada na Graduação em História, no então Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Após cursar História do Brasil II (Império), fui me aproximando das reflexões sobre Escravidão e Pós-abolição. E ao ter contato com os documentos clínicos foi se moldando para mim o quão fértil poderia ser juntar as duas coisas. Foi aí que, nas reuniões de pesquisa, descobri que o primeiro hospício do Brasil foi inaugurado antes da Abolição da Escravidão, que ainda existiam os registros destes pacientes ingressos no século XIX, e que (pasmem!) outras pessoas já vinham fazendo esse tipo de estudo. Bingo! Eu tinha uma ideia e referências bibliográficas para estudar. Mãos à obra. Entre Magali Engel, Maria Clementina Pereira Cunha e o *Espelho do Mundo*, fui conseguindo me aproximar de Foucault e da construção de um projeto de pesquisa.

Rascunhei o desejo de estudar, através dos registros médicos, as experiências de escravos e libertos que haviam sido internados no Hospício no contexto de abolição da escravidão. Paralelamente, fazia a leitura do romance *A Viúva Simões*, de Julia Lopes de Almeida, que seria objeto de pesquisa da minha monografia, sobre as relações de trabalho pós abolição. Infelizmente, eu não via na graduação em História campo fértil para desenvolver o tema relacionado à loucura.

Mas fui, concomitantemente, desenhando o que seria o projeto do mestrado sobre os internos do Hospício de Pedro II. As

primeiras conversas com meu futuro orientador foram animadoras em relação à escrita do trabalho, mas extremamente desanimadoras sobre o acesso e sobre o que de fato eu encontraria na documentação. Primeiro ele me apresentava uma triste perspectiva sobre os acervos, até então pouco acessíveis, e dizia não saber se eu conseguiria efetivamente fazer a consulta. Depois, ele me jogava um banho de água fria sobre as vozes dos internos que eu buscava acessar e as suas lutas por liberdade. Por outro lado, me encorajava dizendo que o projeto era bom o suficiente para ser aprovado. E o resto discutiríamos depois.

Assim foi, foco na seleção, arredonda o projeto, e fui aprovada. Diante disso, fiz minha primeira tímida incursão ao Instituto Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro, onde estaria guardada a documentação dos internos do Hospício de Pedro II ao longo do século XIX.

Minha chegada ao Nise foi bastante acolhedora. A equipe do Centro de Estudos me orientou sobre os passos para autorização da pesquisa. Essa “facilidade” no acesso foi viabilizada pela Psicóloga Paula Barros, Presidente do Centro de Estudos, cujo olhar sensível para o papel dos acervos históricos foi decisivo. Aprovada no mestrado, iniciei a consulta, ainda bastante perdida, com os documentos que até então eram chamados de prontuários<sup>1</sup>. Estes documentos estavam organizados em pastas de papel alcalino, por nome do interno e ano de internação. Em cada pasta eram colocados os documentos que haviam sido localizados sobre aquele

---

<sup>1</sup> Atualmente a nomenclatura utilizada pelo Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória para esta unidade documental é Dossiê de Internação.

interno específico. Todos eles iniciavam com uma ficha da instituição, que, embora tenha tido alguns modelos ao longo do tempo, continha sempre dados básicos da identificação do indivíduo (nome, cor/raça, idade, nacionalidade etc.) e alguns dados sobre a internação e o diagnóstico. A maioria dos dossiês apresentava outros documentos daquela pessoa, que eram variáveis em quantidade e conteúdo. Mas, alguns documentos aparecem com alguma prevalência, dentre eles: atestados de pobreza, solicitações de internação, encaminhamentos, pedidos de licença e atestados médicos.

Lembro que um dos maiores desafios foi entender a dinâmica e a estrutura física dos documentos, especialmente daqueles que acabariam assumindo um papel protagonista na minha pesquisa, as solicitações de acesso que eram escritas pelos internantes à Santa Casa de Misericórdia (SCM). Estes documentos eram espécies de cartas em que um familiar, amigo, patrão ou instituição requeria à provedoria da SCM a vaga para internação do alienado. O maior desafio foi entender a lógica do documento, que tinha uma série de informações, caligrafias e assinaturas diferentes. Em geral, no canto esquerdo do documento existia um “Sim”, ou “Sim, matricule-se”, com assinatura do Provedor. Só depois de alguns dossiês, entendi que aquele era o parecer final da solicitação. Mas, até chegar a ele, havia um labirinto de despachos em cada canto de uma única página, feitos pela Secretaria, pelo médico responsável do Hospício e outros funcionários, até que finalmente o “Sim” do Provedor viabilizasse a entrada daquele alienado.

A partir do momento que consegui efetivamente ler o documento, começou a me chamar bastante atenção, justamente por

ser a parte onde mais se apreendia vozes que não eram apenas as da classificação médica ou da burocracia institucional. Das solicitações apreendia-se o esforço das famílias pobres em recolherem a documentação necessária para a admissão e os apelos que se faziam, muitas vezes ao viés caritativo da irmandade, para conseguirem a vaga. Ali também podíamos perceber como esta população de fora do hospício ia manejando o vocabulário médico, e se apropriando dele, para convencer a estrutura médica e administrativa da necessidade de que o alienado fosse admitido.

A partir da leitura destes documentos, fui me perguntando e questionando sobre as hipóteses que havia formulado acerca do controle social a partir do aporte teórico dos estudos baseados nas obras de Foucault e da História Social, estudos estes que reforçavam o papel do discurso médico, aliado inclusive às forças policiais, no controle da ordem das ruas através da remessa de alienados ao Hospício. A pergunta que me fazia era: “Se existe um projeto de higiene em voga, que caça os alienados nas ruas, por que essas famílias se empenham tanto, juntam tantos documentos, e suplicam com tanta veemência a caridade da Santa Casa para conseguirem uma vaga?”.

Seguindo essa pergunta e em conversas com meu orientador, comecei a entender um pouco do que ele já vinha apontando de que talvez eu não encontrasse os resquícios de uma violência explícita naquela documentação, por exemplo. E assim, ao longo dos dois anos de pesquisa, foram se delineando as novas hipóteses e conclusões. A primeira que eu destaco é a ideia de que o projeto institucional do século XX não estava pronto e desenhado desde a fundação do Hospício, e que seriam necessários estudos

mais aprofundados e menos lineares sobre as diversas administrações da instituição. A segunda conclusão era sobre a própria participação das famílias no processo, o que abriria brechas para entender a complexidade das forças, atores e disputas que estavam postas naquele projeto institucional. Por fim, analisei o papel que as redes clientelares tinham na abertura de espaços para a população mais pobre acessar serviços e prestar socorro aos seus doentes.

Terminado o mestrado, fazia-se necessário sobreviver, mas também levar adiante alguns desses apontamentos, especialmente o olhar mais fino e detalhado sobre diferentes épocas e para períodos anteriores, onde já tinha desconfiado que encontraria mais registros de escravos e libertos. Foi então que submeti o projeto de doutorado, onde ampliaria a análise para todo o período imperial da instituição, de 1852 a 1889. Fui aprovada e retornei ao IM Nise da Silveira para solicitar nova autorização de acesso.

A partir daí, em 2012, iniciou-se uma nova jornada de pesquisa e estudo. Mas ali uma novidade foi colocada. Eu já havia ultrapassado os muros daquela instituição como “A Pesquisadora”, era assim que a equipe do Arquivo me chamava, ainda tímida e constrangida em um contexto onde o acesso seguia muito restrito e eu era a única pesquisadora que frequentava o espaço. Alguns meses depois do início do mestrado, antes mesmo de retomar as consultas no Arquivo, fui sondada pelo Centro de Estudos para indicação de um historiador. Eles buscavam alguém que pudesse ajudar na reconstrução da história institucional, de forma a reunir subsídios para montagem de um circuito de visitação a céu aberto e outros

projetos que dessem lugar à Memória na Instituição. Me candidatei e fui contratada.

A partir dali, dei sequência à minha pesquisa acadêmica de um outro lugar, onde eu passava boa parte da semana, conhecendo de perto, não apenas as vidas encerradas em outros hospícios de outros tempos, mas também novas e outras vidas, que se envelheciam ali, nas internações de longa permanência. Algumas dessas pessoas circulavam e se despiam pelo pátio. Outras “novas” entravam nas enfermarias de crise. E, de dentro do Centro de Estudos, eu começava uma articulação entre as leituras históricas da loucura e abordagens sobre o contexto mais recente da Reforma Psiquiátrica e das transformações que estavam em curso no campo da Saúde Mental. E foi ali que surgiram novos encontros, entre campos de estudo e pessoas diferentes.

À medida que fui avançando na coleta de dados, alguns apontamentos foram se confirmando e outros apareceram. A primeira confirmação relevante foi a de que o público-alvo da instituição variou ao longo das quatro décadas que eu estava analisando. E isso se devia, basicamente à limitação de acesso. Diante da superlotação que se efetivou já na primeira década e da reivindicação do corpo médico para limitar o perfil de diagnósticos a serem tratados, a administração do Hospício implementou medidas para restringir o acesso. Isso se efetivou em uma redução do número de entradas. E, com essa redução, houve também a redução de pessoas não brancas que eram internadas, logo, do número de escravos e libertos também. Além de explicitar a dificuldade que as camadas mais pobres tinham (e seguem tendo) de

acessar os serviços, se confirmava a ideia de que não era tão simples assim internar as pessoas em hospícios no século XIX.

Paralelamente à pesquisa do doutorado, as descobertas da história institucional da Colônia de Mulheres do Engenho de Dentro iam ganhando novos contornos, e eu me aproximava mais da gestão dos acervos, dos processos técnicos e da própria reflexão sobre o papel daquela documentação arquivística e bibliográfica. Em 2014, então, decidimos institucionalmente pela criação do Centro de Documentação e Memória, setor que passaria a gerir a guarda daquele patrimônio histórico e que seria responsável por ampliar o diálogo sobre o papel da memória para o projeto de desconstrução do manicômio. A partir de então, eu seguia a parceria com o Centro de Estudos e tive um dos encontros mais relevantes para minha “entrada” no campo da Saúde Mental, com a psicóloga Wilma Mascarenhas.

Principalmente a partir das visitas técnicas que oferecíamos às turmas de graduação que queriam conhecer o instituto, Centro de Memória e Centro de Estudos, representados por mim e pela Wilma, iniciamos muitas leituras e estudos em comum, até que montamos um curso sobre História da Psiquiatria no Brasil, que foi oferecido durante alguns anos, onde trocamos muitas figurinhas acadêmicas. No cerne dessas discussões, uma das pautas era a leitura feita sobre a obra de Foucault, onde eu apontava algumas das críticas feitas pelos historiadores e Wilma sempre me apresentava outras leituras, principalmente feitas a partir do campo da Psicologia, indicando um Foucault menos estruturalista e bem mais complexo.

Enquanto isso, os documentos clínicos iam me apontando também cada vez mais complexidade nas relações estabelecidas

dentro do Hospício de Pedro II, mas também entre o hospício e o lado de fora. Fui apreendendo a forma como a população leiga do Rio de Janeiro se apropriava e moldava os próprios discursos médicos para negociar a entrada e saída dos seus. Consegui acompanhar também uma certa transformação do olhar da população sobre a instituição, passando de uma esperança terapêutica, nas primeiras décadas, para um sentido mais prático e pouco esperançoso das internações posteriores.

Entre a complexidade de forças, atores e discursos que apareciam nos documentos, as elaborações reflexivas a partir do campo da Saúde Mental e da Psicologia, também surgiram nas orientações com Flávio Edler contribuições fundamentais da Filosofia, principalmente a partir dos textos de Ian Hacking, que me ajudaram a delinear e apresentar o controle social a partir de outras perspectivas. A conjugação de leituras e encontros me fizeram compreender a complexidade da conformação de um mecanismo de controle social muito mais sofisticado que o exercício da força policial em aliança com o discurso médico. A partir de então, evidenciou-se como algumas formações discursivas iam se tornando hegemônicas, ao mesmo tempo que iam sendo apropriadas e ressignificadas pela população leiga e por outras instituições do Império, que também acabavam por atribuir novos sentidos à instituição, impondo, em alguma medida, demandas outras e algumas vezes alheias ao projeto médico inicial.

Estes foram alguns dos resultados da pesquisa de doutorado apresentada. Por outro lado, estas reflexões também produziram outros encontros institucionais. E o Centro de Documentação e Memória foi se delineando e configurando como um espaço de

reflexão e produção de conhecimento, não apenas para a História da Psiquiatria, mas para o próprio campo da Saúde Mental, a partir do fomento de debates e encontros que aproximavam a História da construção de conhecimento no presente. O principal desenrolar deste processo foi o Seminário Memórias da Loucura, que este ano vai para sua 6ª edição, e que vem sendo viabilizado por muitos outros encontros, especialmente com a psicóloga Gisela Giannerinni. Neste Seminário, onde pesquisas acadêmicas do campo da História são apresentadas junto a pesquisas de outras áreas ou mesmo a relatos de experiências de profissionais e usuários da Rede de Atenção Psicossocial, abordamos temas transversais como racismo, estigmas de classe, papel da institucionalização prolongada, dentre outros, em uma relação dialógica entre Memória, História e Saúde Mental.

Eu, Wilma Mascarenhas, sempre fui uma curiosa por histórias e por entender os motivos pelos quais as coisas são o que são. História, Geografia, Biologia e Jornalismo estiveram em meu campo de opções como escolhas que me fariam feliz. Tal diversidade nunca me pareceu contraditória já cada uma destas áreas me contava coisas importantes, me instigavam a vontade de saber mais e pareciam me oferecer importantes ferramentas para entender e agir no mundo. Jovem, meu maior desejo era trabalhar com algo que pudesse ter um impacto concreto e libertário sobre a realidade, o velho e fundamental clichê de “mudar o mundo”. Cheguei ao curso de Psicologia em 1995 pelas mãos no acaso e estive dividida entre o fascínio e o desapontamento até metade do curso. A maioria das disciplinas e teorias específicas do campo Psi me pareciam

desconectadas do mundo real, por mais que eu compreendesse seus fundamentos não conseguia deixar de sentir todo aquele discurso como algo por demais abstrato – desencarnado.

A primeira solidão que senti ao ir me tornando uma psicóloga foi então a ausência do mundo. Foram as disciplinas de História, Filosofia, Antropologia e Psicologia Social que me sustentaram por um tempo. Era ali que sentia que havia um mundo real onde aqueles inconscientes familiaristas flutuavam soltos no éter. Por mais que falássemos de cultura, subjetividade, sistemas políticos e econômicos, eu ainda sentia que a relação que se fazia entre o indivíduo e o mundo era o de mero contexto. Como se houvesse um contexto social em segundo plano sobre o qual o inconsciente tocava o terror.

Isso mudou no meio do curso, quando eu já estava em vias de prestar novo vestibular. Dois acontecimentos mudaram meus caminhos: eu comecei a clinicar em um estágio e eu conheci o movimento de Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial.

E aqui a Psicologia ganhou corpo e o mundo deixou de ser um mero contexto, passando a ser matéria prima da psique. Não havia a possibilidade de compreender a experiência psíquica sem compreender os modos de organização da cultura em todas as suas dimensões. Para que uma relação de cuidado se estabeleça é preciso compreender o mundo do outro. E a Psicologia passou a ser o campo de conhecimento e prática onde era imprescindível flunar por diversos saberes.

Para compreender o processo de Reforma Psiquiátrica foi preciso em primeiro lugar estudar histórias. A história da Psiquiatria e da Psicologia, e a história dos processos sociais e culturais que

possibilitaram o nascimento destes dois tipos de conhecimento e suas instituições. Foi preciso estudar a história das técnicas que desejávamos superar e seus impactos iatrogênicos e repressores. Foi necessário compreender os sistemas estruturais de nossa sociedade: Patriarcado, Racismo e Capitalismo. Foi e segue sendo fundamental estudar e estar aberta a conhecer outras formas dos grupos humanos se organizarem individualmente e coletivamente. A Filosofia, a História, as Ciências Sociais e Biológicas são tão importantes para a Psicologia como os saberes populares, as culturas originais, a Arte, o Corpo.

A solidão da Psicologia, sua ignorância e poder normativo, se combatem com o encontro. Seja você um psicólogo clínico, um psicólogo organizacional, social ou de qualquer outra área.

Ainda durante a graduação iniciei meus estágios e pesquisas tendo a Saúde Mental e a Reforma Psiquiátrica como norte. E entrei pela primeira vez em um Manicômio! Ali o passado, o presente e o futuro me esbofeteavam por todos os lados. Como foi possível chegarmos até aqui? Como este sistema de “cuidado” continua de pé? A que mandato social este sistema perverso atende? Como faremos para destruí-lo e o que construiremos em seu lugar?

Em 2002 entrei para rede de Saúde Mental do município do Rio de Janeiro como servidora pública e fui trabalhar no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), no Núcleo Teixeira Brandão, um hospital destinado apenas a mulheres e que na época tinha 312 internas<sup>2</sup>. Foi no trabalho de

---

<sup>2</sup> Em 2002 havia 789 pessoas em situação de longa permanência no IMAS Juliano Moreira, com uma média de 40 anos de internação, distribuídos pelos hospitais: Núcleo Teixeira Brandão (312 mulheres), Núcleo Rodrigues Caldas (163 homens), Núcleo Ulisses Viana

desinstitucionalização que compreendi verdadeiramente a necessidade de tornar fluídas e intercambiáveis as fronteiras do meu corpo de conhecimento, de modo que a Clínica Ampliada e o modelo da Atenção Psicossocial pudessem operar como novo paradigma de cuidado e como potência de produção de saúde e vida. O olhar e a escuta que direcionam a clínica precisam ser transdisciplinares e reconhecerem em gestos e ações não ortodoxas a função do psicólogo. Então, neste artesanal trabalho de tecer novos mundos como psicóloga eu cozinhei, dei banho, alimentei, aprendi sobre a lógica e os efeitos das medicações, articulei retiradas de novas documentações, benefícios, organizei festas e velórios, busquei histórias da cidade no passado para rerepresentar a cidade no presente, escutei e atuei terapeuticamente nos jardins, nas ruas, nas enfermarias e precisei encontrar caminhos para a comunicação de formas criativas e inusitadas. O trabalho horizontal e colaborativo com assistentes sociais, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, médicos, cuidadores, oficinairos e artistas neste cotidiano foram ampliando meu olhar e minha compreensão sobre nossos processos de saúde/doença, de produção de subjetividades e sua relação com as realidades sociais e culturais. Aprendi que para ser uma boa terapeuta eu precisaria manter o olhar transdisciplinar e dialogar com outros campos do conhecimento – das ciências ao saber popular.

---

(156 homens), Núcleo Rodrigues Caldas (114 mulheres) e o Pavilhão Agrícola (44 homens). Havia também um programa de reabilitação psicossocial e Residências Terapêuticas – o Centro de Reabilitação e Inserção Social (CRIS) – o programa de lazer assistido Clube de Lazer, o Museu Bispo do Rosário, o programa de geração de renda Arte, Horta e Cia, e o Hospital Jurandyr Manfredini para atendimento à crise.

Em 2006 inicio meu trajeto no IM Nise da Silveira, onde atuo até a presente data. Após trabalhar como coordenadora da Enfermaria de Curta Permanência e psicóloga do ambulatório, me afastei do trabalho de 2008 a 2011, por motivos de saúde. O sucateamento do SUS, e especialmente das redes de atenção psicossocial, a realidade de hiperexploração e desvalorização, adoecem trabalhadores e impactam na real possibilidade de construção de outros modos de cuidar – afinal, quem cuida de quem cuida? E como pode cuidar quem está sem condições de trabalho e necessitando de cuidado? Sob a saúde de quantos trabalhadores fazemos uma Reforma Psiquiátrica? Em 2011 retornei de minha licença e passei a atuar no Centro de Estudos (CETAPE) do IM Nise da Silveira e este retorno tornou-se um novo ponto de virada em minha trajetória. Há 12 anos o foco de meu trabalho tem sido a formação crítica e antimanicomial dos trabalhadores, e a pesquisa sobre a memória e história da Psiquiatria no Brasil e, especificamente, a história do IM Nise da Silveira. Em 2014, com a criação do Centro de Documentação e Memória (CDM), encontrei aquela que se tornou uma grande companheira e interlocutora, Daniele Ribeiro, uma das fundadoras e coordenadora do CDM. Nossas conversas sobre História, Memória e narrativas dominantes me ajudaram a sair de mais uma bolha. Foi me retirando do discurso único que eu mesma já não conseguia enxergar. Ao tencionar as interpretações hegemônicas sobre a História entre os estudiosos ligados a Reforma Psiquiátrica, ao problematizar algumas noções e interpretações criadas por autores totêmicos como Foucault, foi me permitindo ampliar minha visão para a complexidade da realidade e aprimorar meus métodos de estudo e pesquisa. Juntas montamos

um curso de História da Psiquiatria que se repetiu por alguns anos e atuamos na formação permanente através da realização de visitas técnicas ao Instituto, de aulas, palestras e artigos acadêmicos onde a memória e história foram ganhando lugar fundamental para que pudéssemos transmitir a lógica das transformações que operávamos no presente. Nesta caminhada fui compreendendo que se desconhecemos o passado temos menos chances de perceber as armadilhas e os erros do presente. É preciso conhecer a história das ciências psis que desejamos superar, e é fundamental conhecer a história desta nova ciência que estamos a criar e abraçar.

O CDM guarda um acervo valioso para todos nós. Sob sua guarda estão documentos relativos à História da Psiquiatria no Brasil – documentos de pacientes, documentos institucionais e muito da produção teórica dos médicos nos séculos XIX e XX. São vestígios de relações de poder, das forças sociais em jogo para que estes saberes, o saber psiquiátrico e psicológico, fossem se consolidando como necessários nos sucessivos projetos de sociedade no Brasil. Os documentos, livros e peças museológicas guardam, para aqueles que se dispuserem a ouvir, as vozes dos que perderam suas vidas no sistema psiquiátrico. Guardam toda a dor e sofrimento, não acolhido ou produzido pelo próprio sistema. Guardam sinais de alerta preciosos para o presente, se conseguirmos compreender o passado para além das formas, se conseguirmos entender a lógica que moviam os homens.

No presente atuo na Direção Científica do CETAPE, mas sigo vinculada ao projeto de Memória do IM Nise da Silveira, e estou realizando meu mestrado, cujo tema é o estudo do sistema psiquiátrico na década de 1910, com recorte específico na história

das mulheres da Colônia de Mulheres Alienadas do Engenho de Dentro. Busco compreender como se estabeleceu na prática cotidiana o vínculo estreito entre o sistema patriarcal e a Psiquiatria. Como a Psiquiatria brasileira via e agia em relação às mulheres no início do século XX, período de sua consolidação. Busco ouvir o que este passado tem a nos dizer sobre como os saberes psis concebem as mulheres e suas existências, traumas e dores ontem e hoje.

Como psicóloga e militante da luta Antimanicomial o encontro com os documentos primários, ou seja, os documentos originais do período, vêm aprofundando minha compreensão da complexidade da realidade. Compartilho um exemplo de como não podemos entender os processos históricos, os processos de institucionalização e desinstitucionalização de saberes e práticas, apenas com o conhecimento sensível advindo do presente. Quando chegamos nos hospitais psiquiátricos na década de 1980 para o início do processo de Reforma Psiquiátrica, encontramos o holocausto brasileiro, como bem nomeou a jornalista Daniela Arbex.<sup>3</sup> Instituições superlotadas, pessoas com históricos de internação de 20/30 anos, adoecidas institucionalmente, dor e miséria humana. O cemitério dos vivos. Sabíamos que o isolamento era um fundamento básico da Psiquiatria Tradicional e que as Colônias Agrícolas eram destinadas aos “doentes crônicos”. Ao juntar estas duas realidades entendemos que as colônias eram desde sempre lugar de desterro, para onde eram enviados os pacientes

---

<sup>3</sup> Arbex, Daniela. *Holocausto Brasileiro. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

incuráveis, onde deveriam viver pelo resto de suas vidas. Porém, os documentos não corroboram esta tese comum entre a militância antimanicomial. As Colônias eram destinadas aos “alienados indigentes (...) capazes de entregar-se à exploração agrícola e a outras pequenas indústrias”<sup>4</sup>, as Colônias eram antes de tudo lugar de trabalho, não eram lugares para a velhice ou para pessoas vulnerabilizadas e/ou adoecidas a ponto de não conseguir trabalhar. Altas e licenças eram práticas comuns na primeira década da Colônia. No mesmo decreto citado estão explícitos motivos para concessão de períodos de licença: promover a experiência clínica da reintegração no meio familiar; promover influencia curativa; averiguar o estado de cura definitiva; entre outros. Ou seja, não era o projeto terapêutico institucional inicial manter as pessoas presas nas Colônias. Tal fato não muda a compreensão de que o isolamento social era visto como fundamental para o tratamento da loucura, não muda o papel de controle das subjetividades e opressão exercido pela Psiquiatria, não muda a necessidade de superação do modelo tradicional manicomial. Perceber as nuances, descobrir e estudar as contradições do passado – recusando o lugar consideravelmente fácil de demonizar o passado que buscamos superar – nos torna mais afiados em nossas críticas do presente, com mais ferramentas para realizar nossas análises de implicação, análises institucionais e seguir no permanente processo de desinstitucionalização dos saberes psis.

---

<sup>4</sup> Decreto nº 8834/11.07.1911, Reorganiza a Assistência a Alienados. Indigente era o termo utilizado para todo aquele que não pudesse pagar pela internação, e pensionista o termo utilizado para os pagantes.<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8834-11-julho-1911-507693-publicacaooriginal-1-pe.html>

Consideramos que a compreensão dos complexos processos sociais e científicos que compõem nossa história são fundamentais não só para que possamos enfrentar os desafios de nossos projetos atuais – como o que enfrentam os CAPS III, onde já temos relatos de acolhimentos de longa permanência – como para podermos vislumbrar a falha no muro manicomial que cerca nossas subjetividades, instituições e sistemas. E é somente nos encontros, de saberes e de pessoas, que conseguimos amadurecer nas reflexões sobre um mundo tão complexo.

# Lista de Autores

## Pesquisadores

Adrian Brock

PhD em psicologia pela York University em Toronto, Canada e atualmente aposentado, foi docente na Oglethorpe University in Atlanta, University College Dublin, Irlanda, e Universidade de Cape Town, África do Sul. Autor de inúmeros livros, artigos, análises, entre outros, tem uma vasta e importante obra para a história da psicologia.

André Elias Morelli Ribeiro

Docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). É doutor em psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e coordenador do projeto Portal História da Psicologia, além de ser o editor da Editora do Portal História da Psicologia.

Carolina Silva Bandeira de Melo

Docente na Universidade Federal de Viçosa, é doutora pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em cotutela com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Daniele Corrêa Ribeiro

Coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira, é historiadora e História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz.

Kurt Danziger

É considerado um dos maiores historiadores da psicologia, com uma vasta obra reconhecida internacionalmente e tida como central para o desenvolvimento do campo da história da psicologia. Atualmente está aposentado.

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos

Docente na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE), é doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além de sua produção acadêmica, participa de várias Sociedades e Associações científicas no campo da história da psicologia.

Regina Helena de Freitas Campos

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, atua e atuou em vários programas de pós-graduação. Fundadora da Sociedade Brasileira de História da Psicologia, presidente do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. Em 2018, recebeu prêmio do Conselho Federal de Psicologia por sua contribuição à construção da profissão de psicóloga no Brasil. Em 2020, foi contemplada com o *Career Achievement Award* concedido pela Society for the History of Psychology, Division 26 da American

Psychological Association, por sua contribuição à pesquisa em história da psicologia. Já publicou 72 artigos científicos, 65 capítulos de livro, e escreveu ou organizou 27 livros. Orientou até o presente 26 teses de doutorado e 23 dissertações de mestrado. É membro do Conselho Editorial dos periódicos *History of Psychology*, *Psicologia e Sociedade*, *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *Memorandum*, entre outros.

Wilma Fernandes Mascarenhas

Faz mestrado em história das ciências no programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ), atua no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, no Rio de Janeiro.

### **Discentes e Outros Colaboradores**

Alessandra Costa de Souza

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Anna Clara Domingues Cabral de Andrade

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Artur Medeiros Leite

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Clara Lyra Santos

Discente de psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo

Gabriel Siqueira Alves

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Gunther Mafra Guimarães

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Isadora Melquiades Santos Costa

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Jessica de França Santana

Discente de psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Júlia Fernandes da Silva

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Júlia Tavares Chahestian

Discente de psicologia na Universidade Federal de São Carlos

Kamilly Gomes da Silva

Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras

Maria Clara Ribeiro Colli  
Discente de psicologia na Universidade Federal Fluminense em  
Rio das Ostras